

Processo nº 13888.720.845/2018-66

Contrato nº: 03/2018

Segundo Termo Aditivo ao Contrato DRF/Piracicaba nº 03/2018

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços continuados de recepcionistas nº 03/2018 que entre si celebram a União, por intermédio da DRF/Piracicaba e Fernando Luiz Ferreira Pinto – EPP.

A **União**, por intermédio da **Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba**, com sede na Avenida Independência, 3.601, na cidade de Piracicaba/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0479-62, neste ato representada pela Chefe de Serviço de Programação e Logística, Analista Tributário, **Sra. Lúcia Cristina Bertolucci**, nomeada pela Portaria nº 15, de 27 de março de 2019, publicada no *DOU* de 1 de abril de 2019, inscrita no CPF nº 143.345.908-61, portadora da Carteira de Identidade nº 20.248.417-8, expedida pela SSP-SP, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **Fernando Luiz Ferreira Pinto – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.861.443/0001-20, sediada na Rua Adolfo de Arruda Castanho, nº 200 – Cj. 134, em Taboão da Serra – SP, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. Fernando Luiz Ferreira Pinto**, portador da Carteira de Identidade nº 28.929.111-2, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF nº 214.585.348-04, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, firmar o presente Termo Aditivo, cuja minuta-padrão foi aprovada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por seu órgão de representação regional – DICAD/PRFN3, que emitiu o Parecer Referencial SEI nº 1134/2020/ME, conforme determina a alínea “a” do inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinados com a Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a revisão dos valores contratuais, com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea “d”, e parágrafo 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em razão da

superveniência da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, que extinguiu a contribuição social instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor mensal da contratação passa a ser de R\$ 27.066,98 (vinte e sete mil, sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), perfazendo o valor total anual de R\$ 324.803,76 (trezentos e vinte e quatro mil, oitocentos e três reais e setenta e seis centavos), a partir de 1º de janeiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

3.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

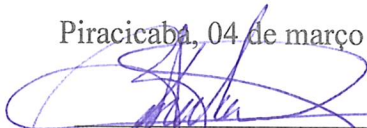
CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

4.1. Este Termo Aditivo só terá validade e eficácia na data da assinatura deste, depois de aprovado pelo Sr. Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba e publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

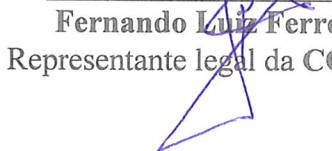
PARÁGRAFO ÚNICO – Compete à contratante providenciar, às suas expensas, a publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Piracicaba, 04 de março de 2020



Lúcia Cristina Bertolucci
Representante legal da CONTRATANTE



Fernando Luiz Ferreira Pinto
Representante legal da CONTRATADA

DE SERVIÇOS

TESTEMUNHAS:

1- Leonel Duarte Aranha:  _____

2- Bruna Cristina Miotto:  _____